



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**PALMITAL**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Autógrafo nº 22/2022

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 08/2022**

**LEI COMPLEMENTAR Nº \_\_\_\_\_**

ALTERA OS ARTIGOS 192 E 193 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 01 DE 27 DE MAIO DE 1993 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal **APROVA**:

**Art. 1º** Fica alterado o artigo 192, da Lei Complementar n.º 01, de 27 de maio de 1993, que disciplina o Regime Jurídico dos Funcionários Públicos do Município de Palmital, passando a conter a seguinte redação:

*“Art. 192 - O auxílio por ocasião do funeral em razão de óbito:*

*I - do funcionário na ativa, será pago ao cônjuge e, na ausência deste, àquele que primeiro comprovar ter feito a despesa com o funeral;*

*II – de cônjuge, pais, filhos menores e dependentes inválidos, será pago ao funcionário na ativa que primeiro comprovar ter feito a despesa com o funeral.*

*§1º A concessão do auxílio funeral deverá ser requerida ao órgão público competente em até 30 (trinta) dias após a ocorrência do óbito, através de requerimento formal protocolado, instruído com a Certidão de Óbito e documentação comprobatória da realização da despesa com o funeral.*

*§2º As despesas com o funeral deverão ser comprovadas através de nota fiscal ou recibo de pagamento.*



**CÂMARA MUNICIPAL DE**  
**PALMITAL**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

*§3º O valor do auxílio restringir-se-á à quantia dispendida para as despesas com o funeral, limitado a 01 (um) piso salarial da Tabela de Padrão de Vencimentos da Prefeitura Municipal.*

*§4º O auxílio funeral será pago uma única vez em razão de um mesmo óbito.*

*§5º Compreende-se por funcionário na ativa o que estiver, no momento do óbito, no exercício de suas atribuições decorrentes do cargo público que ocupa na Administração Pública Direta, Indireta e na Câmara Municipal, ainda que no gozo das licenças previstas nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e XI do art. 83, da Lei Complementar n.º 01, de 27 de maio de 1993.*

**Art. 2º** Fica alterado o artigo 193, da Lei Complementar n.º 01, de 27 de maio de 1993, que disciplina o Regime Jurídico dos Funcionários Públicos do Município de Palmital, passando a conter a seguinte redação:

*“Art. 193 O auxílio funeral não deverá ser concedido concomitantemente pela Administração Pública Direta, Indireta e pela Câmara Municipal em razão de um mesmo óbito.”*

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL, em 19 de abril de 2.022.

  
**FABIANO JOSÉ DOS SANTOS**  
**Presidente**

  
**TATIANE SOUZA ROGATTI ROSSINI**  
**1ª Secretária**